

VALORAÇÃO ECONÔMICA E CONTABILIDADE AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE DIVERSOS ATORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Celso Sekiguchi

Doutorando em Desenvolvimento Econômico,
Espaço e Meio Ambiente - IE/UNICAMP e
Consultor de Desenvolvimento Sustentável
ERM Brasil Ltda.

E-mail: <csk@erm.com.br> ou
<sekiguch@eco.unicamp.br>

1. Introdução: Estado da arte da valoração sócio-econômica de danos ambientais: o que é e para quê serve?

Este trabalho tem como uma de suas inspirações o artigo/palestra de Ignacy Sachs sobre as diferentes interpretações dadas pelos economistas a uma mesma palavra. A palavra utilizada como exemplo por Sachs foi “eficiência” e as diferentes conotações referiam-se às visões smithiana, keynesiana e schumpeteriana acerca desse conceito.

Quando nos aproximamos da problemática sócio-ambiental, então, o exemplo das múltiplas definições sobre “desenvolvimento sustentável” (vide Pearce, Markandya e Barbier, 1990?, p. ex.) ilustra como as mesmas palavras ou “conceitos” podem variar tanto que acabam representando coisas não apenas distintas, como também totalmente opostas.

Por essas razões, trataremos de discutir neste texto, a questão da valoração econômica de danos ou recursos ambientais, assim como a contabilidade ambiental, a partir das visões de distintos atores sociais, passíveis de serem considerados como fundamentais no que se refere à construção de uma sociedade sustentável.

Dessa forma, procuraremos, em um primeiro momento, verificar como esses atores vêm lidando com as temáticas relacionadas com a valoração e a contabilidade ambiental, buscando desvendar o que se encontra por trás dos interesses de cada um sobre o tema em questão.

Em seguida, teceremos comentários mais críticos visando contextualizar esse “debate”, a fim de começar a mostrar as principais convergências ou divergências presentes no mesmo.

Por fim, deveremos situar toda essa discussão no centro da problemática referente a uma ética que achamos que deveria prevalecer na economia ecológica, quando esta estiver empregando conceitos e visões derivados, p.ex., da “ciência pós-normal” (Funtowicz e Ravetz,), da noção de coevolução (Norgaard,), de uma visão sistêmica a partir do ponto de vista da análise de sistemas complexos (Prigogine e Stengers ou García, entre outros), ou até mesmo da economia política da sustentabilidade ou do meio ambiente (Leff, 1984), para o tratamento de questões sócio-econômico-ambientais.

2. A valoração e a contabilidade ambiental na visão dos diferentes atores da sociedade: suas expectativas com relação a esses instrumentos e quanto às suas possibilidades de utilização.

A valoração sócio-econômica dos danos ambientais, assim como a contabilidade ambiental (tanto de um ponto de vista micro, como do macro) constituem instrumentais analíticos desenvolvidos por algumas áreas da teoria econômica, que se relacionam com a utilização de recursos naturais e o consumo de insumos energéticos, assim como com áreas relacionadas com a economia da poluição.

Nesse campo, no qual conceitos como externalidades econômicas, capacidade de suporte, resiliência, entropia, análise sistêmica entre outros são cada vez mais “internalizados” pela ciência econômica, existem atualmente diferentes visões de como se chegar a resultados que expressem com algum grau de confiabilidade, os custos ambientais decorrentes de certos danos ou impactos causados ao meio ambiente e para as comunidades, em geral.

Esses danos podem ir dos problemas localizados, como a poluição de uma planta industrial que acarreta danos à comunidade vizinha, a questões de natureza e de escala muito mais complexas e abrangentes, como os que se relacionam à perda de biodiversidade ou aos efeitos causados pelas mudanças climáticas em escala global.

Nesse sentido, a valoração ambiental pode tratar de questões que vão dos problemas mais amplos e gerais (e, assim, correndo o risco de ser mais genérica e de resultados mais incertos), buscando estimar valores como os de danos ambientais causados pela devastação de uma grande área florestal como a Amazônia ou pelo aumento da emissão de gases que provocam o “efeito-estufa”, até problemas mais específicos e circunscritos, como as perdas decorrentes do derramamento de óleo sobre uma área de manguezais ou os danos e impactos ambientais causados por um determinado projeto ou empreendimento.

Todos esses exemplos, mostram a gama diferenciada de problemas sobre os quais as técnicas de valoração econômica e noções de contabilidade ambiental existentes podem ser aplicadas. O emprego de tais técnicas e noções, vêm sendo cada vez mais difundido, porém apesar do reconhecimento das várias limitações de muitos desses estudos e análises, pouco se tem procurado analisar de maneira mais crítica e setorializada (do ponto de vista do atendimento dos diferentes interesses dos vários setores de uma sociedade), os potenciais benefícios ou impactos do emprego das mesmas sobre as diferentes aspirações e interesses de cada setor da sociedade.

Começar a tratar dessa problemática será um dos principais objetivos deste artigo, que versa justamente sobre a análise crítica da utilização desses instrumentos. E, para iniciar este trabalho podemos elencar os principais atores a serem considerados de maneira mais aprofundada dentro deste trabalho: os diferentes níveis de governo; a sociedade civil organizada representada pela academia, pelas ONGs e por alguns movimentos sociais; e, finalmente, a parcela do setor privado relacionado mais de perto com as questões da responsabilidade social das empresas e com a temática ambiental propriamente dita.

3. Análise crítica desse debate visando a constituição de uma sociedade sustentável: principais convergências ou divergências entre as diferentes visões.

Do ponto de vista dos diferentes setores acima relacionados, pode-se dizer que há uma série de enfoques diversificados quanto ao potencial interesse de cada um com relação ao desenvolvimento dos instrumentos de contabilidade e/ou valoração econômica de danos ou impactos ambientais.

Assim, torna-se uma decorrência natural desse fato, que haja várias divergências quando se procura estipular as potenciais utilizações desses instrumentais, o que leva-nos a considerar que da forma como essas técnicas vêm sendo elaboradas e também utilizadas e difundidas, elas tendem a favorecer uma ou outra visão ou a determinados interesses.

O que uma análise mais criteriosa e, portanto, crítica acerca dessas utilizações poderá demonstrar é que, como existem visões e interesses que não são contemplados quando se procura desenvolver esses estudos e análises, é provável que os mesmos tenham que ser revistos e adaptados para que possam servir como instrumentos para a construção de uma sociedade sustentável, que siga os princípios de transparência, participação e equidade, que devem se constituir como fundamentos de uma sociedade democraticamente sustentável.

4. Possibilidades de compatibilização entre as diferentes visões dentro do marco de uma economia política da sustentabilidade.

Após realizar toda essa análise crítica, o que se procurará desenvolver nesta última seção, é a inserção dessas questões no marco de uma discussão sobre a constituição de uma economia política da sustentabilidade, que deve tratar antes de tudo de questões éticas relacionadas a uma “ciência” com componentes de uma abordagem pós-normal, sistêmica e integrada, e ao mesmo tempo política e respeitadora da importância das diversidades biológicas e culturais, que devem nortear essa visão.

Com isto, esperamos estar contribuindo para o enriquecimento do debate não apenas em torno da questão dos instrumentos, como também das políticas de gestão integrada e o mais participativa possível, que visam propiciar elementos para a tomada de decisões mais equilibradas e justas no que se refere tanto à melhor utilização de recursos naturais e humanos, como à melhor “eficiência” e justiça social na distribuição dos benefícios gerados por essa utilização.